

LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2017

“CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS, NA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS, FIXA O PISO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários e a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, na forma de revisão geral, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ficam revisados em 13,3835%, a partir de 01/01/2017, que corresponde ao somatório dos índices de inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, relacionados aos seguintes períodos:

I - o acumulado no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, que corresponde a 11,2762%;

II - o acumulado no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, que corresponde a 1,8938%.

§1º Aplica-se o índice fixado no caput sobre o valor pago a título de Gratificação de Função.

§2º Aplica-se o índice fixado no caput sobre a remuneração paga aos servidores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 2º Os índices de inflação fixados no art. 1º desta Lei serão aplicados sobre os vencimentos de janeiro de 2017 e serão parcelados nos seguintes termos:

I - a primeira parcela de 6,4817%, com vigência a partir de 01/01/2017, incidente sobre os vencimentos de janeiro/2017;

II - a segunda parcela de 6,4817%, com vigência a partir de 01/01/2018, incidente sobre os vencimentos de janeiro/2017.

Art. 3º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no *caput* deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

Art. 4º Aos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, que forem aposentados, em qualquer modalidade, no intervalo de 01/01/2017 a 31/01/2018, fica autorizada a antecipação do pagamento do índice de revisão fixado no art. 1º desta lei no mês imediatamente anterior a concessão do benefício.

Parágrafo único. Ao servidor ativo que perceber a antecipação do índice de revisão, fica vedada a percepção do pagamento da reposição na condição de servidor inativo, prevista nesta Lei.

Art. 5º Fica estabelecido o piso salarial dos servidores públicos municipais em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), para a carga horária de 40 horas semanais, com efeitos a partir de 01/01/2017.

Art. 6º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina/SC, em 27 de Janeiro de 2017

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal